

Autarquias salvam da miséria 125 mil pessoas, mas já não aguentam mais

A crise é tão grave que câmaras, como a do Crato, dão apoio social a 450 pessoas numa população de 3565

FILIPE PAIVA CARDOSO
filipe.cardoso@ionline.pt

É um retrato negro aquele que chega do país além de Lisboa e do Porto e além dos números, dívidas e da Lei das Finanças Locais. Falamos das histórias de pobreza crescente, dos milhares de pedidos de ajuda que ficam por responder e do pouco que os responsáveis locais podem fazer pelos seus munícipes. A rede de segurança das câmaras municipais está montada, regulamentada, estratificada. Mas esta rede tem uma malha cada vez menos resistente, dizem os próprios autarcas, que alertam para o outro lado dos cortes a direito nas pensões, nos salários e nas transferências e restrições no acesso ao crédito impostas pela administração central.

O *i* estudou os apoios sociais que 121 câmaras municipais do Continente concedem a mais de 125 mil pessoas com rendimentos equivalentes a 75% ou menos do salário mínimo. De norte a sul, encontra-se de tudo um pouco: há autarquias onde 13% do total de munícipes estão “comprovadamente” em condição carenciada e vulnerável – no Crato a câmara tem de apoiar 450 pessoas numa população de 3565 –, outras câmaras respondem simplesmente que, “salvo o devido respeito, a autarquia não é a Santa Casa da Misericórdia ou a Segurança Social” – Murtosa –, e depois há aquelas que nem tentam esconder as falhas, como Vendas

Novas: “É impossível dar uma resposta, mínima que seja, a todos os pedidos dos nossos munícipes que passam por grandes dificuldades.”

Na resposta desta autarquia sobre os apoios sociais aos seus habitantes ficam bem resumidas as tesouradas que as redes de segurança municipais estão a sofrer. “Vivemos dias de grandes dificuldades, fruto de constrangimentos que se repercutem na qualidade de vida das famílias e dos indivíduos.” O aumento do desemprego, os baixos salários e pensões, o emprego precário, explica na sua resposta o presidente da Câmara de Vendas Novas, José Vieira, são alguns dos pontos que estão a exigir um maior apoio social por parte da autarquia. Veja-se também Albufeira, por exemplo: o agravamento das condições de vida no país levaram a que a câmara local passasse a apoiar 1150 alunos na compra de livros e refeições em 2010/11, quando em 2007/08 havia apenas 787 casos.

Mas se os pedidos são cada vez mais, o dinheiro é cada vez menos. Voltando a José Vieira: “Este problema não é dos que as autarquias locais podem resolver por si sós, pela sua dimensão, é certo, mas igualmente pela asfixia financeira imposta pelas sucessivas reduções das transferências e pelas austeras regras de acesso ao crédito a que são obrigadas a sujeitar-se.” Só Vendas Novas, refere ainda, deixou de receber 6,5 milhões de euros com a Lei das Finanças Locais. Tudo



somado resulta num cenário bem negro: “A maioria dos munícipes solicita um emprego [à autarquia] porque a ausência de rendimentos ou a sua insuficiência condiciona todo o seu modo de vida, comprometendo a sua qualidade de vida e em última instância pondo em causa a sua subsistência.” Ainda assim, Vendas Novas consegue ajudar os seus munícipes através de bolsas de estudo a estudantes de famílias carenciadas, da redução de tarifas de serviços municipais ou da oferta de cabazes alimentares, gastan-

Às vezes nem os investimentos ajudam: a barragem do Baixo Sabor fez disparar rendas e tirou munícipes das casas

Câmaras recebem cada vez mais pedidos e têm cada vez menos dinheiro. “É impossível dar uma resposta mínima sequer”

Casos

Algumas câmaras e alguns dos apoios



Covilhã. Em 2011, esta autarquia ajudou 450 famílias. A câmara refere que gastou perto de 2 mil euros/mês com estes apoios, que, contudo, não são só financeiros: há duas lojas sociais a vender roupa e móveis. A autarquia admite que “por vezes não tem suficiente disponibilidade financeira para auxiliar”.



Guimarães. Distribuiu cabazes de alimentos a mais de 300 famílias e conta com actividades de integração social utilizadas por 3300 pessoas. Dá subsídios ao arrendamento a munícipes (390 mil euros em 2011). Conta ainda com uma comissão de protecção de crianças, com mais de 800 casos.



Portimão. A autarquia apoia 374 famílias com subsídios ao arrendamento (78 mil euros) e 24 munícipes a comprar medicação (800 euros/mês). Apoia ainda 150 famílias com cabazes de bens de primeira necessidade e faz descontos na água a 876 famílias (ambos custam 10 mil euros).



Leiria. Tem 107 fogos sociais para 500 pedidos de habitação social. Integrou dez beneficiários do RSI como jardineiros e concede 100 euros/ano por família para medicamentos (custo de 16 mil euros/ano). Oferece 97 refeições/semana aos mais carenciados, fruto de parcerias com restaurantes locais.



Castelo Branco. A câmara apoia hoje 228 famílias (486 indivíduos) com géneros alimentícios e ajudas ao pagamento de renda de casa, electricidade, gás, água e medicamentos. Segundo a autarquia, os custos destes apoios não sempre semelhantes e em Outubro chegaram aos 1200 euros.